

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: DOUTORADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

**AVALIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARÁ.**

006.190.403-19

**Florianópolis
2024**

AVALIANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ.

1. INTRODUÇÃO - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo deste projeto é analisar políticas públicas de alimentação escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A temática surge de inquietações do autor, profissional que atua na instituição e observa, em seu cotidiano, a relevância e a sensibilidade do tema para o público-alvo das ações finalísticas do IFPA: os estudantes. Pretende-se abordar ações, programas e políticas públicas relacionadas à alimentação escolar, buscando compreender seu impacto no desempenho acadêmico e no ambiente educacional no âmbito do IFPA.

Ao longo de mais de uma década de atuação no Campus Marabá Industrial do IFPA, dentre as diversas atribuições desempenhadas, buscou-se coletivamente implementar ações que atendam demandas de alimentação escolar por meio de comissões, conselhos e fóruns, porém sem alcançar um sucesso satisfatório. Diante dessas dificuldades, durante o exercício de funções de liderança na gestão administrativa do Campus, iniciamos uma reflexão preliminar sobre as políticas de alimentação escolar em todo o IFPA. Foi observado uma diversidade de abordagens em cada unidade, indicando a ausência de uma instância central para coordenar e orientar essas ações, o que evidencia a necessidade de análise mais aprofundada da estrutura de governança e coordenação dessas políticas no IFPA.

O IFPA foi criado pela Lei nº 11.892/2008, que também criou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como os Institutos Federais (IF). Essas instituições resultaram da fusão entre os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). O IFPA resultou da junção entre o antigo CEFET do Pará com as antigas EAFs de Castanhal e Marabá. Desde então, observou-se uma notável expansão, com a criação de novas unidades e a reorganização das existentes. Atualmente, o IFPA compreende dezenove unidades, servindo aproximadamente dez mil estudantes (Silva, 2022; IFPA, 2019).

Especificamente no Campus Marabá Industrial, a implementação de programas de alimentação escolar enfrenta desafios significativos devido a sua carência estrutural. Apesar da

expansão da rede, essa unidade, anteriormente uma pequena extensão do CEFET-PA, não recebeu a mesma atenção que os últimos campi construídos. Como resultado, ainda carece de instalações essenciais, como cozinha, refeitório, quadra esportiva e número adequado de salas de aula e laboratórios. A falta de infraestrutura limita a capacidade de implementar programas e políticas de alimentação escolar, destacando a necessidade urgente de investimentos para resolver essas deficiências estruturais (Silva, 2022; IFPA, 2019).

Em análise preliminar de documentos institucionais evidenciou que dificuldades relacionadas à disponibilização de alimentação escolar não são exclusivas da unidade do IFPA em questão. Mesmo unidades com melhores estruturas físicas e maiores orçamentos enfrentam desafios semelhantes, apesar de terem sido mais bem atendidas pelas iniciativas de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional. Estas dificuldades são frequentemente manifestadas em soluções que parecem carentes de criatividade, responsabilidade e eficácia, e tornaram-se comuns na instituição, um exemplo disso é a devolução de recursos. Assim, conforme levantamento preliminar de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), nos últimos anos, aproximadamente cinco milhões de reais foram devolvidos, recursos que poderiam ter sido utilizados para implementar e aprimorar programas de alimentação escolar no IFPA (IFPA, 2024).

Diversos fatores ao longo do tempo podem ter contribuído para dificultar a implantação, ampliação e aprimoramento de programas de alimentação escolar no IFPA. Entre esses fatores estão a diversidade de formas de execução de recursos das políticas públicas de alimentação escolar e assistência estudantil, a ausência de uma instância central para orientar e coordenar a questão da alimentação escolar e a não execução dos recursos disponibilizados. Esses desafios evidenciam a necessidade de uma abordagem mais coordenada e eficaz para garantir o sucesso das iniciativas de alimentação escolar no âmbito do IFPA.

Nesse contexto, torna-se evidente que o desenvolvimento da pesquisa proposta encontra amplas justificativas para sua viabilidade e, mais do que isso, sua necessidade e urgência são relevantes. Assim, se o objetivo é realizar um trabalho de pesquisa, um critério fundamental, conforme indicado por Severino (2009) e Lakatos e Marconi (2012), é fundamental estabelecer uma pergunta de pesquisa clara e precisa. Considerando todos os elementos e situações discutidos até o momento, a pergunta que propomos é a seguinte: "Como tem sido executadas ações, programas ou políticas públicas de alimentação escolar no âmbito do IFPA?"

De forma preliminar, nota-se que esse processo vem ocorrendo certamente de maneira desordenada, devido à ausência de instâncias institucionais centrais responsáveis pelo planejamento, coordenação e avaliação. Essa lacuna pode resultar na violação de diversos direitos consagrados nas políticas públicas nacionais de assistência estudantil e alimentação escolar destinadas aos alunos. Diante desse cenário, acreditamos que a condução da pesquisa proposta oferece oportunidades significativas para aprimorar, compartilhar e adquirir novos conhecimentos. Além disso, poderá proporcionar condições acadêmicas, científicas e institucionais para alcançar o objetivo principal deste projeto de pesquisa, que é: realizar uma avaliação de situações e resultados relacionados às ações, programas e políticas públicas de alimentação escolar no âmbito do IFPA.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental organizar e produzir uma ampla gama de informações e conhecimentos. Além da tese resultante da pesquisa, pretende-se produzir materiais para publicação, de preferência em formato acessível e com linguagem didática, abordando o tema trabalhado e seus desdobramentos no contexto da instituição estudada. O material proposto poderá ser uma fonte valiosa para gestores, servidores e outras instituições, oferecendo orientações claras sobre políticas educacionais, alimentação escolar e assistência estudantil. Poderá servir como guia para fundamentar políticas institucionais e melhorar práticas cotidianas. Estudantes também se beneficiarão, acessando informações sobre seus direitos e ampliando compreensão a respeito da instituição.

Certamente, a realização desta pesquisa e a subsequente construção e publicação da tese, assim como do produto final, trarão contribuições inéditas e inovadoras, especialmente para a instituição em que a pesquisa será conduzida. Evidências apontam para distorções nos objetivos e finalidades de ações, programas e políticas públicas de alimentação escolar no âmbito do IFPA. Notavelmente, percebe-se uma lacuna na compreensão, problematização e resolução dessas questões. O desenvolvimento da pesquisa e a divulgação de seus resultados buscarão abordar e contribuir para esse cenário, oferecendo possibilidades de intervenções e análises que possam ajudar compreender, problematizar e, idealmente, auxiliar na resolução dessas questões.

2. JUSTIFICATIVA

Ao ingressar no IFPA como servidor, iniciei uma trajetória de constante aprimoramento profissional, marcada pela busca incessante por conhecimentos. Essa jornada se materializou na conclusão de cursos de graduação, especialização e mestrado. Durante esses períodos de estudo, as pesquisas e trabalhos de conclusão de curso e alguns publicados em periódicos científicos predominantemente se inspiraram em desafios e problemas enfrentados no dia a dia profissional. A conexão entre teoria e prática se configurou como elemento fundamental na formação acadêmica, evidenciando a relevância de pesquisas para o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios contemporâneos da educação profissional.

Nesse contexto, percebe-se a questão da alimentação escolar no IFPA como um problema significativo, manifestado por falhas na execução de recursos e pela inexistência do serviço em diversas unidades. Tais falhas podem configurar flagrante violação dos princípios basilares das políticas públicas de alimentação escolar, e contrariar os objetivos legais e constitucionais que as norteiam. Além disso, podem comprometer os fundamentos e objetivos das próprias instituições educacionais, cuja missão primordial reside na promoção de direitos e cidadania.

Diante dessas considerações, não restam dúvidas que a elaboração e desenvolvimento da pesquisa, especialmente voltado para esta temática, é necessária para analisar, refletir, intervir e possivelmente auxiliar na resolução de questões e problemas que permeiam nosso ambiente profissional, especialmente no que diz respeito às ações, programas e políticas públicas de alimentação escolar no IFPA. A pesquisa aqui proposta visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada dessas questões e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção e melhoria.

A realização do estudo permitirá a aplicação prática de conhecimentos teórico-metodológicos, consolidando o compromisso com a busca por soluções inovadoras para os desafios do IFPA. Espera-se que os resultados contribuam para políticas e práticas institucionais mais eficazes, orientadas para o bem-estar e desenvolvimento da comunidade acadêmica, promovendo a educação inclusiva e de qualidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento e construção do trabalho proposto, é essencial explorar noções, conceitos e categorias fundamentais do estudo das políticas públicas, as quais compõem um robusto arcabouço teórico capaz de oferecer referências e *insights* cruciais para abordar a problemática em análise. Observa-se que elementos empíricos evidenciam a intervenção estatal na identificação e solução de questões de interesse público. Essa observação não é meramente casual, mas decorre de uma compreensão prévia adquirida mediante leituras, como a de Secchi (2011), que oferece uma definição abrangente de política pública:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (Secchi, 2011, p. 2).

Na perspectiva de Secchi (2011), políticas públicas não se restringem às ações estatais, podendo abarcar iniciativas da sociedade civil e mesmo de organizações privadas. Para o autor, o cerne de uma política pública não é sua origem governamental, mas sim sua finalidade em tratar ou resolver um problema de interesse público. Nas instituições brasileiras de educação pública, como é o caso do IFPA, as questões e demandas de alimentação escolar são atendidas por meio de um conjunto de políticas públicas e que envolvem diferentes esferas estatais. Uma das principais políticas públicas de alimentação escolar do país é a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que tem sua origem desde as campanhas pela merenda escolar na década de 1950 e recebeu esta denominação na década de 1970. Esta política atende a praticamente todos os estabelecimentos de educação básica públicos do país, inclusive os IF's (Guilherme, 2022).

Considerando que os Institutos Federais (IFs) atendem estudantes tanto da educação básica quanto da educação superior, eles também são beneficiados pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Embora não seja exclusivamente voltada para alimentação escolar, parte dos recursos da PNAES podem ser direcionados para essa finalidade. Certamente será necessário realizar uma análise mínima tanto da PNAE quanto da PNAES no contexto do IFPA para desenvolver a pesquisa proposta. Vale ressaltar que uma parcela significativa dos recursos não utilizados ao longo dos anos no IFPA provém de fontes orçamentárias dessas duas políticas.

Tanto do ponto de vista institucional quanto teórico, conforme argumentam Rozendo, Bastos e Molina (2013) e Lima (2019), a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são consideradas políticas públicas. Essas políticas abordam e buscam resolver problemas relevantes no contexto da sociedade brasileira, como segurança alimentar e nutricional, acesso e permanência na escola. Em suma, isso reforça a ideia de que noções e conceitos inerentes a políticas públicas são abordagens conceituais e analíticas válidas para o desenvolvimento deste projeto.

É evidente que existe um conjunto conceitual mais detalhado nos estudos e análises de políticas públicas, que inclui tipos, etapas ou ciclos, e perspectivas de análise. Frey (2000) e Secchi (2011) oferecem contribuições significativas nesse sentido, auxiliando na reflexão e orientando de maneira consistente análises necessárias ao desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, considerando que as políticas públicas abordadas nesta pesquisa estão estabelecidas há pelo menos quinze anos e não há indícios de sua extinção, o foco do estudo é direcionado principalmente para a avaliação dessas políticas, em vez de uma análise detalhada de sua implementação. Em vista de uma relativa estabilidade das políticas públicas em questão, o projeto de pesquisa se vê dispensado, ao menos por ora, de uma análise aprofundada sobre políticas públicas além das fases de avaliação. É importante destacar que o objetivo principal deste projeto de pesquisa está claramente direcionado para a avaliação de políticas públicas.

Antes de avançarmos é importante considerar que, assim como muitos fenômenos sociais e naturais, as políticas públicas também têm um ciclo de vida. Durante esse ciclo, que compreende o início, o desenvolvimento e o fim, a avaliação das políticas desempenha um papel fundamental. Essa avaliação permite ajustes e aprimoramentos ao longo do processo, reconhecimento de sucessos alcançados e, em alguns casos, até mesmo a decisão de encerrar a política (Secchi, 2011; Arretche, 2009).

De acordo com Frey (2000) e Secchi (2011), a avaliação de políticas públicas constitui uma etapa essencial do ciclo de políticas, que também inclui a identificação do problema, a formação de agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a implementação e, por fim, a extinção (Secchi, 2011, p. 33). Trevisan e Van Bellen (2008) afirmam que a avaliação representa a fase final desse ciclo. No entanto, Secchi (2011) argumenta que a avaliação não deve se limitar apenas às etapas finais; pelo contrário, deve ser realizada em todas as fases do ciclo, a fim de aprimorar decisões e resultados ao longo do processo.

Em outros termos, citando Anderson (1979, p. 711), Secchi (2011, p. 49) coloca que: “a avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. Em outro momento este autor acrescenta de que:

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes (Secchi, 2011, p. 49).

Evidentemente que estas noções mais gerais de avaliação de políticas públicas se desdobram em algumas derivações especialmente relacionadas a tipos e modalidades. Dentre os tipos de avaliação de políticas públicas pode-se mencionar conforme Costa; Castanhar (2003) citado por Secchi (2011) que as avaliações de políticas públicas podem ser *ex ante* que ocorrem predominantemente nas etapas anteriores da implementação de uma política pública, as avaliações *ex post* que ocorrem após a fase de implementação e as avaliações *in itinere* que é um tipo de avaliação que ocorre de maneira mais gradativa ou monitorada durante o processo de implementação com o objetivo de realizar ajustes rapidamente.

No que concerne a modalidades de avaliação de políticas públicas, Arretche (2013) discorre sobre três modalidades que são vastamente encontradas em outros autores, como o próprio Secchi (2011), como também em publicações de importantes órgãos públicos como o Tribunal de Contas da União (TCU), tão significativa é a difusão nos meios especializados destas modalidades de avaliação de políticas públicas que a autora chega a lhes atribuir o adjetivo de “clássicas”. Estas três modalidades então “clássicas” de avaliação de políticas públicas são: as avaliações de eficiência, de eficácia e de efetividade (Arretche, 2013).

De modo geral, a avaliação de eficácia se ocupa analisando se a política pública cumpriu os objetivos que lhes foram definidos. A avaliação de eficiência analisa relações envolvidas e correspondências entre os recursos dispendidos e os resultados obtidos por uma política pública. A avaliação de efetividade se ocupa em analisar se uma política pública promoveu algum tipo de mudança ou impacto minimamente efetivo na vida social das pessoas atendidas em relação às condições anteriores de vida destas (Arretche, 2013; TCU, 2021). Certamente esses conceitos de algum modo poderão ajudar a pensar, analisar situações concretas as quais a pesquisa que aqui se propõem poderá ter diante de si.

O referencial teórico apresentado é apenas um ponto de partida para a construção de uma possível tese de doutorado. Secchi (2011) e outros autores oferecem perspectivas valiosas, mas há uma gama de outras definições, instrumentos de análise e perspectivas que podem ser mais adequados para analisar problemas contemporâneos. Infelizmente, em um projeto de pesquisa, não é possível discutir todas as nuances desejadas.

O que foi apresentado aqui é apenas um exercício inicial e básico sobre as noções e conceitos que se acredita estarem alinhados com as problemáticas identificadas para a futura pesquisa. Diante disso, é importante assumir o compromisso de permanecer aberto ao diálogo e ao aprendizado contínuo, especialmente se o projeto de pesquisa avançar. O curso de doutorado oferece um ambiente propício para esse crescimento, sendo um dos locais mais favoráveis para expandir conhecimentos e perspectivas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa será conduzida no âmbito do IFPA, e o público-alvo abrange gestores, servidores e estudantes, visto que a problemática demanda ação e o cumprimento de responsabilidades, além de envolver relações, interesses e direitos desses atores na instituição. Dessa forma, a pesquisa tem como foco a comunidade do IFPA em sua totalidade.

Neste contexto, o estudo de caso, conforme descrito por Severino (2009), emerge como o tipo de pesquisa mais adequado e viável. Para tal, pretende-se desenvolver este estudo de caso utilizando técnicas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica e documental a respeito dos temas: a) políticas públicas; b) avaliação de políticas públicas; c) políticas públicas de alimentação escolar no Brasil; d) história, estrutura e funcionamento do IFPA e suas relações com políticas públicas de alimentação escolar. As técnicas de pesquisa escolhidas se justificam em razão de que há um vasto acervo de publicações, pesquisas e documentos sobre os temas e a problemática da pesquisa, que facilmente acessados por meio de tecnologias digitais e que são de acesso público.

O desenvolvimento da pesquisa será feito por etapas, sendo que numa primeira etapa será dedicada ao estudo de temas mais gerais como o “a” e o “b”. Numa segunda etapa será dedicada ao estudo de temas mais específicos como o “c” e o “d”. A fase posterior será dedicada aos trabalhos mais analíticos da pesquisa, tendo em vista que a essa altura certamente já estarão colhidas, selecionadas e tratadas um gama importante de informações. Após essa fase de

construção das análises seguiremos para uma fase de finalização, defesa, publicação e publicidade da pesquisa.

Para alcançar o objetivo geral e obter resultados substanciais, a pesquisa inicialmente precisa obter um entendimento abrangente e aprofundado da execução de ações, programas e políticas públicas de alimentação no IFPA. Em seguida, é essencial dedicar esforços para realizar uma avaliação detalhada dessa situação, exigindo uma análise cuidadosa das fontes selecionadas. Essas análises e resultados serão apresentados de forma descritiva e analítica, principalmente por meio de texto escrito, mas também utilizando recursos visuais, como tabelas, gráficos e imagens, para facilitar a compreensão dos leitores e analistas.

5. VIABILIDADE / IMPLEMENTAÇÃO

No que tange à viabilidade, é importante destacar a significativa lacuna documental e acadêmica existente em relação à problemática em questão. A ausência de documentos institucionais e de trabalhos acadêmicos científicos que abordem de forma minimamente abrangente o tema em análise evidencia a pertinência e a necessidade do desenvolvimento da pesquisa proposta.

O escopo da pesquisa consistirá na realização de análises e avaliações aprofundadas sobre a problemática selecionada. Os resultados obtidos poderão fornecer um conjunto de sugestões destinadas a aprimorar a execução de recursos e materiais relacionados à alimentação escolar no âmbito do IFPA. Cabe ressaltar que a aceitação e implementação dessas sugestões estão além das competências do pesquisador, evidentemente que são prerrogativas de instâncias e dirigentes da instituição. Entretanto, o autor se compromete a comunicar formalmente os resultados da pesquisa em diversas instâncias da instituição, incluindo Reitoria, Pró-Reitorias, Direções Gerais das unidades do IFPA, bem como em fóruns de assistência estudantil e demais instâncias. Além disso, será viável estender essa comunicação a outras instituições, como organizações estudantis, conselhos de pais, Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público.

Ademais, o autor planeja promover eventos específicos ou se colocar à disposição para participar de eventos já estabelecidos na instituição, como reuniões de conselhos, dirigentes, fóruns de gestores, além de eventos acadêmicos e científicos, com o intuito de apresentar e debater os resultados da pesquisa.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANO - 2024												
ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Curso das disciplinas								X	X	X	X	X
Assistir sessões de defesa								X	X	X	X	X
Pesquisa bibliográfica								X	X	X	X	X
Proficiência em língua estrangeira								X	X	X	X	X
Ajustes no projeto de pesquisa								X	X	X	X	X
ANO - 2025												
ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Curso das disciplinas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa bibliográfica e documental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ajustes no projeto de pesquisa	X	X	X	X	X							
Assistir sessões de defesa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Preparação de material para Qualificação					X	X	X	X	X	X	X	X
ANO - 2026												
ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Curso das disciplinas	X	X	X	X	X	X						
Pesquisa bibliográfica e documental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Qualificação de tese				X	X	X						
Escrita das primeiras partes da tese	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ANO - 2027												
ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Escrita partes intermediárias da tese	X	X	X	X	X	X						
Elaboração e submissão de artigo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Escrita partes finais da tese						X	X	X	X	X	X	X
Preparação para defesa								X	X	X	X	X
Elaboração de produto final	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
ANO - 2028												
ATIVIDADE/MÊS	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Defesa de tese			X	X	X	X						
Ajustes de tese pós defesa		X	X	X	X	X						
Elaboração de produto final	X	X	X	X								
Entrega de versão final				X	X	X	X	X				

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta S. T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARRETCHE, Marta S. T. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio**. n. 1, p. 126-136, jul. – dez. 2013. Disponível em: <<https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64>>. Acesso em: 20 de março de 2024.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 212-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 20 de março de 2024.

GUILHERME, Vanessa Luísa Ferreira. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob o olhar de diferentes atores em Nova Lima/MG: desafios, potencialidades e proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança sanitária para uma vida escolar saudável**. 2022. 231 f. Dissertação de Mestrado (Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **Relatório de execução orçamentária 2018-2023**. Marabá: IFPA, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Belém: IFPA, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2012.

ROZENDO, Cimone; BASTOS, Fernando, MOLINA, Wagner de Souza Leite. Desafios institucionais para a inclusão da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cronos**. n. 2, v. 14, p. 23-35, jul. – dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrr.br/cronos/article/view/6335>>. Acesso em: 20 de março de 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Nildes Batista. **Evasão na educação profissional: o ensino médio integrado em questão**. Belém, PROFEPT, 2022.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**. n. 2, v. 14, p. 23-35, mai. – jun. 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Política pública em dez passos**. Brasília: TCU, 2021.